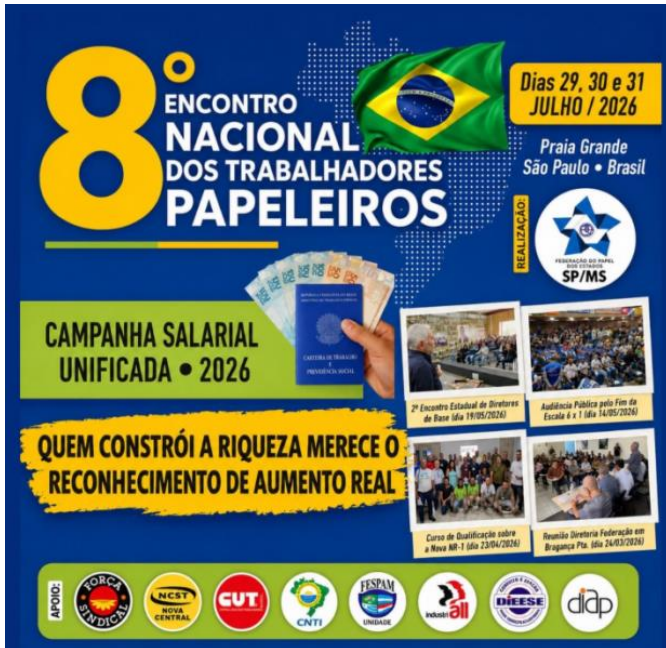




Brasília-DF, 09 de julho de 2026

Nova Central apoia 8º Encontro Nacional dos Trabalhadores Papeleiros



A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) é uma das entidades apoiadoras do 8º Encontro Nacional dos Trabalhadores Papeleiros, que será realizado nos dias 29, 30 e 31 de julho, em Praia Grande (SP). O evento reunirá dirigentes sindicais e trabalhadores do Brasil, Uruguai, Argentina e Colômbia para debater os desafios do setor e fortalecer a mobilização em torno da Campanha Salarial Unificada 2026.

Promovido pela Federação dos Papeleiros do Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul (SP/MS), o encontro será um espaço de integração, troca de experiências e construção de estratégias em defesa da valorização da categoria, com foco na conquista de aumento real dos salários, melhores condições de trabalho e reconhecimento profissional.

Ao apoiar a iniciativa, a Nova Central reafirma seu compromisso com o fortalecimento da organização sindical e com a unidade dos trabalhadores na luta por direitos, valorização do trabalho e avanços nas negociações coletivas.

Com o lema "Quem constrói a riqueza merece o reconhecimento de aumento real", o 8º Encontro Nacional dos Trabalhadores Papeleiros reforça a importância da mobilização coletiva para enfrentar os desafios da categoria e ampliar as conquistas dos trabalhadores do setor.

Com informações do SINTRAPEL-SP

Fonte: NCST

Governo mantém defesa do fim da escala 6x1, mas vê baixa probabilidade de votação neste ano legislativo

Proposta segue sem avanço no Senado, enquanto Planalto busca destruir a tramitação antes do recesso parlamentar e admite que o debate pode migrar para o cenário eleitoral.



A tramitação da proposta que reduz a jornada de trabalho ao extinguir a escala 6x1 enfrenta um cenário de incerteza no Senado Federal. Embora o governo federal continue defendendo publicamente a aprovação da medida, interlocutores do Palácio do Planalto reconhecem que as chances de conclusão da análise pelo Congresso antes das eleições são reduzidas.

Depois de avançar na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) permanece sem calendário definido no Senado. A avaliação do Executivo é que a ausência de um cronograma para apreciação da matéria, somada ao curto período de funcionamento do Congresso antes do recesso parlamentar, dificulta a conclusão da votação nos próximos meses.

Mesmo diante desse contexto, o governo pretende manter a proposta entre as prioridades da agenda política. A orientação é reforçar a defesa da mudança nas manifestações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e atuar para que, ao menos, a matéria avance na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes da interrupção das atividades legislativas prevista para julho.

Nos bastidores, integrantes do Executivo acompanham os movimentos da presidência do Senado. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), ainda não estabeleceu um prazo para o início da análise da PEC e tem defendido que o texto seja examinado de forma aprofundada, sem que o Senado apenas confirme a redação aprovada pelos deputados.

Entre os pontos que poderão ser revistos está a regra

Brasília-DF, 09 de julho de 2026

de transição prevista na proposta. A eventual retirada desse dispositivo é vista por integrantes do governo como uma alteração que poderia favorecer a implementação mais rápida das novas regras, embora dependa do entendimento dos senadores durante a tramitação.

Outro gesto aguardado pelo Executivo é a indicação do relator da matéria. A definição de um parlamentar para conduzir o parecer é considerada importante para sinalizar a continuidade da discussão após o período eleitoral e permitir a retomada formal da tramitação.

O calendário legislativo também impõe obstáculos. Antes do recesso parlamentar, restam poucas semanas de funcionamento regular do Congresso. Em seguida, durante a campanha eleitoral, Câmara e Senado deverão manter apenas sessões presenciais em regime de esforço concentrado, reduzindo o espaço para deliberação de propostas consideradas mais complexas ou de maior impacto político.

Caso a PEC não avance neste período, integrantes do governo admitem que o tema poderá ganhar protagonismo no debate eleitoral. A estratégia seria destacar que o Executivo apoiou a iniciativa e acompanhou sua aprovação na Câmara, atribuindo ao Senado a responsabilidade pela continuidade da análise da proposta.

Fonte: Diap

Nota à imprensa

Diante das declarações do líder do PT na Câmara dos Deputados, Pedro Uczai, nesta terça-feira (7), de que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, será eleito 'inimigo' caso não despache a PEC da jornada de trabalho para a CCJ até a próxima semana, a Presidência do Senado esclarece que esse tipo de ameaça e tentativa de intimidação não será mais tolerado.

A definição da pauta e da tramitação das matérias é prerrogativa constitucional da Presidência e não se submete a ultimatos ou pressões político-eleitorais.

Na última semana, o presidente Davi reuniu-se com a líder do Governo no Senado, Teresa Leitão, o senador Paulo Paim e representantes das centrais sindicais para tratar da matéria, reafirmando seu compromisso com o diálogo e com a regular tramitação da proposta.

Quem realmente pretende contribuir para o avanço da PEC respeita o devido processo legislativo. Ameaças e constrangimentos institucionais não aceleram a tramitação; apenas afrontam a independência dos Poderes.

Assessoria de Imprensa
Presidência do Senado Federal

Fonte: Agência Senado

Davi condena pressão de líder do PT na Câmara para votação do fim da escala 6x1

Carlos Moura/Agência Senado

Em nota à imprensa divulgada nesta terça-feira (7), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que não aceitará pressões, intimidações ou ameaças em relação à tramitação da PEC que acaba com a escala 6x1. Davi afirma que a definição da pauta e da tramitação das matérias é prerrogativa constitucional do presidente do Senado, que "não se submete a ultimatos ou pressões político-eleitorais".

Sindicato e partido; por João Guilherme

O sindicato de trabalhadores e o partido político são duas instituições importantes na prática da democracia. E, por ocasião das eleições gerais, estas duas instituições revelam suas potencialidades e seus limites.

A entidade sindical, no Brasil, representa o conjunto de trabalhadores de uma determinada categoria e, portanto, não pode "ter" partido. E o partido, além de sua influência, não deve utilizar-se do sindicato como "correia de transmissão".

Nem sempre foi assim, nem mesmo no Brasil.

Brasília-DF, 09 de julho de 2026

Em países da Europa, por exemplo, até quase o final do século passado, era comum a presença cruzada de dirigentes partidários em direções sindicais e vice-versa. Esta prática já foi abandonada.

Aqui no Brasil, com a singularidade na época da transição da ditadura para a democracia, os papéis do sindicato e do partido se confundiam e isto durou até a Constituição de 1988 que estabeleceu as diferenças entre as duas instituições.

Como participar da campanha eleitoral (além de dar o voto)? Para os cidadãos o caminho é o partidário; para os sindicatos é a influência de um partido, ou de alguns, que defendem os interesses dos trabalhadores e naturalmente conquistam a simpatia dos dirigentes e ativistas sindicais que se transforma em apoio eleitoral.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical

Fonte: Rádio Peão Brasil

André Figueiredo amplia alcance da negociação coletiva no setor público

Substitutivo ao PL 1.893/2026 fortalece a representação sindical, amplia o escopo das negociações e incorpora novas garantias para servidores e empregados públicos.

O deputado André Figueiredo (PDT-CE) apresentou parecer favorável, na forma de substitutivo, ao Projeto de Lei nº 1.893/2026, que regulamenta a negociação coletiva no setor público e organiza a representação sindical de servidores e empregados públicos. A proposta, de autoria do Poder Executivo, amplia o alcance da futura legislação ao incluir expressamente os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além dos órgãos constitucionalmente autônomos, em todas as esferas da Federação.



Entre os principais avanços do substitutivo estão a valorização da negociação permanente, a previsão de pelo menos uma rodada anual de negociação, a ampliação das matérias passíveis de negociação — como política remuneratória, carreiras, jornada, teletrabalho, saúde e segurança no trabalho —, a exigência de boa-fé entre as partes e a tipificação de práticas antissindicais que dificultem o cumprimento dos acordos firmados.

O parecer também fortalece a participação das entidades sindicais e busca reduzir a judicialização dos conflitos, promovendo o diálogo institucional nas

relações de trabalho no setor público. [O DIAP disponibilizou uma nota legislativa com quadro comparativo detalhando as alterações promovidas pelo relator em relação ao texto original do projeto.](#)

Fonte: Diap

Projeto que organiza política nacional de combate à violência contra mulheres avança na Câmara

Texto aprovado cria modelo de cooperação entre os entes federativos e estabelece critérios para financiar, acompanhar e avaliar ações de proteção às vítimas



Bruno Spada / Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados deu sinal verde ao projeto que cria o Sistema Nacional de Enfrentamento da Violência contra Meninas e Mulheres, iniciativa destinada a integrar as políticas públicas voltadas à prevenção da violência, ao acolhimento das vítimas e ao combate ao feminicídio. A proposta segue agora para análise do Senado Federal.

O novo sistema prevê a atuação articulada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob coordenação do Ministério das Mulheres. A intenção é unificar estratégias, estimular a cooperação entre os órgãos públicos e garantir maior eficiência na execução das ações de proteção e assistência.

Além de definir a estrutura de funcionamento do sistema, o projeto disciplina a forma de financiamento das políticas públicas. Os recursos poderão ser provenientes dos orçamentos dos entes federativos e, em determinadas situações, de valores vinculados ao Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), respeitados os critérios estabelecidos na legislação.

A proposta também determina que os investimentos sejam direcionados para iniciativas como a ampliação da rede de atendimento às vítimas, ações educativas de prevenção, enfrentamento da violência praticada por meios digitais, integração de bancos de dados,

**Brasília-DF, 09 de julho de 2026**

capacitação de agentes públicos e desenvolvimento de mecanismos de monitoramento das políticas implementadas.

Outro ponto do texto é a criação de instrumentos permanentes de governança e controle. Estados e demais entes participantes deverão estabelecer metas, produzir relatórios periódicos, divulgar informações sobre a execução física e financeira das ações e prestar contas da aplicação dos recursos. O descumprimento das exigências poderá resultar na perda de benefícios previstos para os estados participantes do Propag.

Durante a apreciação da matéria, parlamentares ressaltaram que o fortalecimento da articulação entre os entes federativos e a garantia de recursos estáveis são medidas consideradas essenciais para ampliar a efetividade das políticas de prevenção e enfrentamento da violência contra meninas e mulheres em todo o país.

(Com informações da Agência Câmara de Notícias)

Fonte: Diap

IA avança sem derrubar empregos, mas reduz direitos trabalhistas, afirma OCDE

Organização divulgou relatório de perspectivas de emprego para 2026, registrando taxa histórica de redução de desemprego nos 38 países membros

- geralt/pixabay



A inteligência artificial não está provocando uma “queda generalizada” do emprego nos países da OCDE, onde a taxa de desemprego se mantém próxima de seu mínimo histórico, segundo o relatório sobre as perspectivas do emprego para 2026 publicado nesta terça-feira (7) pela organização.

“A taxa de desemprego na área do OCDE está em 4,9%, um nível próximo de seu mínimo histórico de 4,8% registrado em junho de 2023. Além disso, prevemos que o emprego nos países da OCDE continuará crescendo 0,3% neste ano e 0,6% no próximo”, declarou o secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, durante a apresentação do relatório à imprensa.

“Até o momento, não há indícios de que o maior uso da inteligência artificial por parte das empresas esteja provocando uma queda generalizada da demanda por mão de obra”, destacou Cormann.

“Embora a IA esteja modificando as competências que as empresas procuram e, claramente, tenha impacto sobre a demanda, por enquanto não está enfraquecendo as perspectivas de emprego nem para os jovens nem para os trabalhadores em geral. A IA está transformando o trabalho, mais do que reduzindo-o”, afirmou.

No entanto, o relatório destaca que “a incorporação dos jovens no mercado de trabalho é especialmente difícil” e que “os recentes avanços da inteligência artificial generativa” provavelmente não são alheios a esta situação.

Segundo o relatório da organização econômica, que reúne 38 países da América, Europa, Ásia e Oceania, o mercado de trabalho também demonstrou resiliência diante da guerra no Oriente Médio, que provocou um forte aumento dos preços da energia.

“A criação de emprego se manteve sólida, apesar dos efeitos do conflito em curso no Oriente Médio. O número de vagas, que constitui um indicador antecipado da demanda por mão de obra, diminuiu desde 2022 em relação ao máximo alcançado após a pandemia”, explicou Cormann.

No entanto, acrescentou: “desde a escalada do conflito, as vagas se estabilizaram em termos gerais”.

Em quase um terço dos países da OCDE, os salários reais “continuam sendo inferiores aos registrados há cinco anos”, afirmou.

Fonte: RevistaFórum

2026
CICLO DE PALESTRAS
ORGANIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO SINDICAL

JUIZ DE FORA
15 DE JULHO

TERCEIRO CICLO DE PALESTRAS 2026
ETAPA: JUIZ DE FORA

SEDE CAMPESTRE DOS COMERCIÁRIOS
RUA CLÓVIS SERÔA DA MOTA, 159
SÃO GERALDO - JUIZ DE FORA, MG

APOIO: FETTR-MINAS SINDSEMP MG SEC JF

<https://www.ncst.org.br/subpage.php?id=27360>